

Moção A - O (des)emprego do futuro: Por um 'update' educativo contemporâneo, inovador e credibilizador da educação em Portugal

1º Subscritor: JSD Distrital de Aveiro

«Em Portugal, os alunos do século 21 estão a ser ensinados por adultos do século 20, usando técnicas do século 19, com a motivação que estes perderam no século 18, para desafios do século 22»

Moção A



Moção A

1. Introdução

A adaptação de uma citação de Tom Hierck¹, se aplicada ao contexto nacional, constitui um breve resumo das várias ameaças ao sistema educativo português, entre as quais se encontram, desde logo, a existência de um sistema educativo desajustado e de um corpo docente desmotivado e envelhecido.

Sendo a Educação um dos principais pilares do desenvolvimento económico das sociedades, e assumindo-se como a melhor forma de combater as desigualdades sociais, o confluir da existência de um sistema educativo desajustado com um corpo docente desmotivado e envelhecido, desagua a jusante, impactando os alunos e pondo em causa o próprio futuro do país.

2. Sistema educativo desajustado

No que concerne ao desajustamento do sistema educativo face às reais necessidades do mundo atual, é frequente a asserção segundo a qual, mais do que educar os alunos com os conhecimentos necessários para o futuro, se está a educar com os conhecimentos que os professores aprenderam no passado, tendo por base programas desligados da realidade.

Ora, num contexto em que automação, a robotização e a inteligência artificial vêm colocar novos desafios às pessoas e às organizações, é fundamental atualizar o sistema educativo, adaptando-o a este novo paradigma do mercado de trabalho e aos desafios que este acarreta, designadamente, fazendo corresponder as competências que os alunos adquirem às necessidades que o mercado requer.

Essa adaptação pressupõe, desde logo, uma mudança de paradigma, na qual a memorização dos conteúdos é substituída pelo desenvolvimento de competências. Tal significa encarar a educação como uma aprendizagem que oferece uma ferramenta (em vez de mera informação) com o desígnio de que, aprendendo a aprender, qualquer

¹ A frase original, atribuída a Tom Hierck, dispõe: *“Os alunos do século 21 estão a ser ensinados por adultos do século 20, usando um currículo do século 19 e técnicas do século 18”*.

Moção A

indivíduo possa atualizar-se ao longo da sua vida e, dessa forma, estar em melhores condições de se adaptar a um contexto laboral em ininterrupta transformação. Até porque, sendo certo que não existem profissões à prova do “*tsunami*” de mudanças que se têm vindo a acentuar no mercado de trabalho, é evidente que existem competências capazes de melhor proteger os futuros protagonistas do mercado de trabalho: são as competências emocionais, digitais e de relacionamento interpessoal.

Neste contexto, é crucial investir na concretização de uma **política educacional que se concentre na formação contínua de competências essenciais** – como as digitais, o pensamento crítico, a liderança, o trabalho em equipa, a criatividade, entre outras – concebendo a Escola como um espaço onde o «aprender lendo e ouvindo» dá lugar ao «aprender fazendo e experimentando». Ao mencionado, soma-se a necessidade de encarar a Escola como um espaço em que, mais do que transformar crianças em alunos, se formam alunos em cidadãos, numa Escola ajustada às dinâmicas da vida em sociedade.

Com efeito, atendendo a que a atual rigidez do “*status quo*” educativo não permite (cor)responder a um novo paradigma focado no desenvolvimento de competências, é imperioso transformar a Escola como a conhecemos, designadamente acentuando a autonomia e a flexibilidade curriculares, enquanto corolários da promoção de melhores e mais contextualizadas aprendizagens para o aluno.

Além do mais, se, por um lado, é verdade que o aluno deve ser o foco e o destinatário último deste “*update*” do sistema educativo, não é menos verdade que o sucesso desta reforma se “joga” na sala de aula, na relação professor-aluno. Por outras palavras, tal implica que não é possível concretizar esta reforma sem o empenho dos agentes educativos, o que se revelará difícil, a julgar pelo atual estado do corpo docente e da atratividade da respetiva carreira profissional.

3. Corpo docente desmotivado e envelhecido

O “congelamento” da Administração Pública durante praticamente uma década levou a que, hoje, Portugal disponha de um corpo docente uma década mais envelhecido e uma década mais desmotivado.

Moção A

No que respeita ao envelhecimento do corpo docente, mais do que ser encarado como fatalismo resignado, o facto deve ser encarado com um reformismo vigoroso, através do qual se desenvolvam políticas que permitam, por um lado, a transição antecipada para a reforma e, por outro lado, o aproveitamento da experiência dos professores com mais anos de serviço para “passar o testemunho” aos que ingressam na profissão, nomeadamente através de processos de mentoria, acompanhamento e orientação.

Já no que concerne à desmotivação do corpo docente, ela pode ser analisada em, pelo menos, quatro dimensões: o **papel do professor**; a **vertente salarial**; o **modelo de colocação de professores**; e a **avaliação docente**.

No que respeita ao **papel do professor**, uma das principais causas de desmotivação apontada prende-se com a multiplicidade das suas funções, o que desvirtua a sua missão essencial: a de ensinar. O tempo que outrora era utilizado na preparação de conteúdos pedagógicos e programáticos é agora consumido por tarefas administrativas – sempre obrigatórias, mas raramente úteis. Por outras palavras, em vez de passar trabalhos de casa aos alunos passou, ele próprio, a levar uma enorme carga de trabalho para sua casa.

Acresce a isto um aumento significativo da carga laboral, com os professores a serem forçados a trabalhar fora de horas para dar resposta à miríade de solicitações que lhes são impostas. Apesar disso, existe a perceção na sociedade segundo a qual o Professor trabalha um reduzido número de horas. Tal perceção é errada, até porque contabilizar apenas o tempo letivo dos professores é o equivalente a considerar que, por exemplo, os futebolistas só trabalham durante os 90 minutos do jogo.

Ainda quanto ao papel do Professor, outro fator que tem sido mencionado como causa para a desmotivação, advém da perda de autoridade do docente, o qual se vê “impotente” e de “mãos atadas” para fazer face à indisciplina vigente em determinados contextos.

Já quanto à **dimensão salarial**, estudos internacionais indicam que os professores portugueses são dos que obtêm uma remuneração mais baixa em início de carreira. Paralelamente, são ainda obrigados a suportar as deslocações e o alojamento

Moção A

quando, por força de um processo de colocação ineficiente, são colocados a vários quilómetros de casa, o que acarreta despesas adicionais.

A propósito da **colocação de Professores**, impõe-se uma revisão completa do atual modelo, até por forma a dar estabilidade pessoal, profissional, emocional e familiar aos docentes, assegurando que as colocações são efetuadas com base em critérios que garantam uma maior proximidade geográfica à área de residência e uma colocação mais duradoura no tempo. Quando, por força de um desajustamento entre oferta e procura, o professor tenha necessariamente de ser colocado a uma distância considerável da sua área geográfica, deve ser acautelado o respectivo subsídio de alojamento e transporte.

No que respeita à **avaliação docente**, a progressão na carreira é prejudicada pela existência de quotas por escalão de carreira, o que, conseqüentemente, significa que muitos professores são impedidos de progredirem na carreira, não por falta de formação, competências ou qualificações, mas, tão só porque se entendeu, administrativamente, que eles não “cabiam na quota”. Tal exclusão administrativa consubstancia uma “machadada”, não só na motivação do docente, como na sua vontade de melhorar as suas práticas pedagógicas. Por outro lado, os docentes são também confrontados com um modelo de avaliação que tem pouco de transparente; não é independente; é parco a premiar a meritocracia; e deixa muito a desejar no capítulo da diversificação dos instrumentos de avaliação. As fragilidades apontadas conduzem à dúvida do docente quanto à sua real e efectiva avaliação, impossibilitando a melhoria da sua *“performance”*.

De tudo quanto foi mencionado, resulta evidente que o sistema educativo não só não é satisfatório para quem dele faz parte, como também não se revela apelativo para quem nele equaciona entrar, não sendo encarado como uma via de carreira profissional de preferência, mas sim como uma solução de recurso.

Neste contexto, é urgente e imperioso **credibilizar a carreira docente**, dotando-a de menor burocracia e maior autonomia, de maneira a que os professores consigam diversificar e atualizar as suas abordagens; de um reconhecimento salarial que tenha correspondência com a importância da missão de Educar; de um sistema de colocação

Moção A

de professores mais eficiente e que fomente a estabilidade geográfica, familiar e psicológica dos docentes; assim como de um modelo de avaliação mais transparente, independente, diversificado e que favoreça não só a meritocracia como premeie a formação contínua adicional que o docente adquire ao longo da sua carreira.

4. Por uma reforma educativa contemporânea, inovadora e credibilizadora

Ciente, por um lado, da importância de se tomarem medidas para fazer face ao desajustamento do sistema educativo, fomentando **o desenvolvimento de competências** e a **credibilização da carreira docente**, e consciente, por outro, de que as medidas que se seguem constituem os primeiros passos transitórios de uma reforma que se quer efectiva e duradoura, a JSD Distrital de Aveiro propõe:

1) 'Update' no Sistema Educativo

a) Autonomia e flexibilidade curricular:

- Divisão do tempo letivo em blocos de, no máximo, 45 minutos;
- Implementação obrigatória de uma disciplina de Projeto, na qual se permita o desenvolvimento autónomo, mas apoiado de uma pesquisa, projeto empreendedor, ou qualquer outro, desde que suscetível de ser aplicado no quotidiano;
- Disponibilização de 1 programa de *mentoring* facultativo, acessível a todos, exercido por atuais ou ex-alunos, bem como profissionais voluntários, encarregados de educação ou outros;
- Garantia de um Plano curricular flexível entre as ofertas disponíveis, acentuando a ligação da Escola à comunidade;
- Inserção obrigatória, no plano curricular, de um módulo, disciplina ou cadeira de tecnologias, onde se compreenda a integração de algoritmia, ferramentas de produtividade, tendências e programação/resolução de problemas;

b) Ensino secundário e universitário:

Moção A

- Criação e dinamização obrigatória de uma disciplina, cadeira ou módulo de cidadania e desenvolvimento, que inclua a discussão, debate de temas, tais como: cidadania europeia, autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, pensamento crítico e interpretação dos media;
- Disponibilização obrigatória dos conteúdos teóricos em formato digital, de modo a aliviar o peso das mochilas dos alunos;
- Integração curricular obrigatória de uma disciplina, módulo ou cadeira de competências sociais, tais como: inteligência emocional, empatia, entre outros tópicos relevantes;
- Integração obrigatória, no plano curricular, de um módulo de educação financeira, bem como saúde preventiva e lei/direito aplicado ao quotidiano;
- Redução facultativa do tempo de aula teórica, obrigatoriamente substituível por um part-time num pequeno negócio, organização ou qualquer outra forma de organização coletiva, através de um plano de aprendizagem e mentoring;

c) Ensino universitário e politécnico:

- Obrigatoriedade de dedicar 1/3 do tempo letivo à resolução de casos de estudo e resolução de problemas reais através da aplicação prática dos conteúdos letivos da disciplina, cadeira ou módulo;
- Oferta complementar facultativa de marketing pessoal/de negócio, ferramentas de Project Management e educação/planeamento financeiro/organização de negócio ou gestão;
- Obrigatoriedade de avaliação de cada disciplina, em pelo menos $\frac{1}{4}$ dos conteúdos, via comunicação oral, debate ou criação multimédia;

2) Credibilização da Carreira Docente

- Implementação de um sistema mais meritocrático na avaliação do docente, efectuado por entidades externas, e que garantam maior transparência, independência e diversificação do processo, de forma a promover a meritocracia e

Moção A

a premiar a formação contínua adicional que o docente adquire ao longo da sua carreira;

- Revisão do sistema de colocação de professores, tornando-o mais eficiente e fomentando a estabilidade geográfica, familiar e psicológica dos docentes;
- Atribuição de subsídios de alojamento e transporte para os docentes que residam a uma distância considerável do agrupamento em que são colocados;
- Exclusão nas quotas de avaliação dos docentes, de tal forma que permita uma avaliação mais justa;
- Diminuição da idade da reforma de docentes;
- Redução dos cortes em caso de pré-reforma;
- Aproveitamento da experiência dos professores com mais anos de serviço para “passar o testemunho” aos que integram a profissão, nomeadamente através de processos de mentoria e acompanhamento;
- Redução do trabalho administrativo e burocrático do docente;